

DTM-SUP/DER-012-09/11/1994

(3.3)

SENHORES DIRETORES DE DIRETORIA, DE DIVISÃO, DE ASSESSORIAS,  
PROCURADOR CHEFE E CHEFE DE GABINETE

O ENG<sup>o</sup> ARTHUR FERREIRA NEVES FILHO,  
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO,  
no uso de suas atribuições e,

Considerando a necessidade de regulamentar, no âmbito  
administrativo do D.E.R., a aplicação do disposto pelo artigo 7<sup>o</sup>, do Decreto Lei n<sup>o</sup>  
13.626/43, concernentemente à obediência da limitação administrativa de recuo das  
construções lindeiras às rodovias estaduais;

Considerando que o provimento por parte do Poder  
Judiciário das ações demolitórias propostas pelo D.E.R. está fundamentalmente  
ligado à ampla e correta instrução dos procedimentos administrativos preliminares à  
propositura dessas ações,

DETERMINA:

Artigo 1<sup>o</sup> – É imprescindível a exata determinação da  
largura da faixa de domínio da rodovia, para fins de projeção da faixa “non  
aedificandi”, levando-se em conta se a faixa de domínio é decorrente de título de  
domínio (desapropriação amigável, judicial, doação, etc) ou de mera posse por parte  
do D.E.R. (rodovias antigas, pura e simplesmente construídas, sem oposição por  
parte dos proprietários das áreas atingidas).

Parágrafo 1<sup>o</sup> – No caso de faixas de domínio decorrentes  
de títulos (escrituras), a largura a ser observada deriva, evidentemente, do próprio  
título de domínio e, a partir desse limite indicado, é que se projetará a limitação  
administrativa, consistente nas chamadas faixas “non aedificandi”- de 15,00 (quinze)  
metros, para a observância do referido decreto-lei.

Parágrafo 2<sup>o</sup> – No caso, porém, de faixa de estrada cuja  
origem é a de mera posse, não existindo, portanto, nenhum título que indique

expressamente a sua largura ou limite, deverá ser considerada como divisa da “faixa de domínio” a extensão da posse do D.E.R. seja entre cercas – quando existentes -, seja entre acostamentos ou mourões, valos ou eucaliptos, que possam delimitar claramente até onde vai a posse do D.E.R., que, incontestada pelo decurso do tempo, é oponível contra terceiros.

Parágrafo 3º – Somente poderão ser consideradas irregulares as construções que estejam ou venham a ser erigidas dentro da projeção dos 15,00 (quinze) metros, contados a partir das divisas fixadas de acordo com as recomendações contidas nos parágrafos anteriores, devendo, em consequência, serem desconsideradas para esses fins as chamadas “faixas de domínio projetadas”.

Artigo 2º – Os proprietários ou possuidores de obras construídas ou em construção com inobservância do disposto no artigo 7º do Decreto .Lei nº 13.626/43 e atendidas as recomendações contidas no artigo anterior, deverão ser notificados por escrito pelo Engenheiro Residente, para regularizarem a sua construção, de acordo com o Modelo em anexo, que faz parte integrante desta DTM.

Artigo 3º – Caso haja recusa no recebimento da Notificação, deverá o Engenheiro Residente anotar esse fato, colhendo a assinatura de duas testemunhas (com indicação clara do nome, RG ou matrícula), que podem ser os próprios servidores do D.E.R. que tenham cumprido a ordem de embargo.

Artigo 4º – Juntamente com a Notificação (Termo do Embargo), deverá o Engenheiro Residente encaminhar ao respectivo Diretor do Serviço de Operações a competente Comunicação, onde constem, expressa e indispensavelmente, os seguintes elementos:

- I – Comunicação do fato, relatando as circunstâncias e ocorrências que o desenvolvem;
- II – Localização da obra (SP, trecho, km, estaca, Município) ;
- III – Zona onde se localiza a construção (urbana ou rural) e tipo de ocupação predominante (residencial, agrícola, pastoril, etc);

IV – Cópia da Notificação, onde conste a data do embargo, recebido ou não (v. art. 3º, supra );

V – Identificação do dono ou responsável pela obra, sempre que possível com a sua qualificação completa (nome, profissão, estado civil, domicílio, etc);

VI – Nome e qualificação das testemunhas (v. art. 3º, supra);

VII – “Croquis” assinado pelo Engenheiro Residente, com os seguintes informes:

- a) Metragens, divisas e confrontações da faixa da rodovia, com a projeção da faixa “non aedificandi” (v.artigo 1º e respectivos parágrafos) e a obra em relação à estrada;
- b) O tipo de obra (casa, poço, muro, barracão, mangueira, etc.) e o material empregado para a construção (alvenaria, madeira, etc.);
- c) A finalidade da construção (fins residenciais ou comerciais);
- d) área da construção;
- e) no caso de ser a rodovia cercada, fazer constar no “croquis” a respectiva convenção de cerca. Na hipótese contrária, informar sobre a largura da faixa e esclarecer como se poderá provar esse limite (se a divisa da faixa tem mourões, valos, ou qualquer outro indicador geográfico – v. parágrafo 2º, do artº 1º, supra);
- f) indicar claramente a medida de afastamento da construção em relação à divisa da rodovia;
- g) data, se possível, do início e término da construção;
- h) data da construção da rodovia;
- i) informar se o DER tem título de propriedade do trecho (indicando, nesse caso, o número dos respectivos autos administrativos) ou apenas detém a posse.

Artigo 5º - A Comunicação e o “croquis” de que tratam o artigo anterior serão encaminhados à Procuradoria Jurídica competente, que providenciará o seu exame, podendo solicitar esclarecimentos complementares, se necessário.

Parágrafo 1º - Após análise e apreciação, a Procuradoria Jurídica responsável, concluindo pela admissibilidade da propositura, solicitará autorização ao Sr. Diretor Regional para o ajuizamento da ação demolitória.

Parágrafo 2º - Na hipótese de que a Procuradoria Jurídica Seccional se posicione contrariamente à adoção de medidas judiciais, por falta de condições para que venha a prosperar a ação, deverá esse entendimento ser devidamente justificado pelo Procurador responsável e submetido ao Procurador de Autarquia Chefe, que, considerando procedentes as razões aduzidas, deverá encaminhar o processo à Superintendência do DER, para autorização quanto à desistência de medidas judiciais em relação ao caso específico.

Artigo 6º - Esta DTM entra em vigor nesta data.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, aos cinco dias do mês de agosto de 1994.

ENG<sup>o</sup>. ARTHUR FERREIRA NEVES FILHO  
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA  
SUPERINTENDÊNCIA

MODELO (a que se refere o art. 2º. supra)

Ref: Exp. N º .....

NOTIFICAÇÃO

....., de .....de 199..

Ilmo. Senhor

.....

Rua:.....

.....- SP.

Foi constatado pelo Serviço de Fiscalização deste Departamento, que V.S<sup>a</sup>. está erigindo ( ... ou erigiu) uma construção às margens da SP- ....., no trecho ....., à altura do km ....., numa distância de ..... metros do eixo da rodovia, portanto, dentro da faixa “non aedificandi “.

Trata-se, no caso, de uma limitação administrativa, prevista pelo artigo 7º. do Dec. Lei nº 13.626/43, que impede sejam erigidas construções lindeiras às estradas, a menos de 15,00 (quinze) metros contados a partir do limite da faixa de domínio das rodovias estaduais.

Assim sendo, é a presente para

NOTIFICAR V.S<sup>a</sup>. a demolir a obra irregular, no prazo de 30 ( trinta ) dias a contar do recebimento desta Notificação de Embargo, sob pena de vir a ser proposta a competente Ação Demolitória, através da qual V.Sa. será compelida a promover a demolição da construção ilegal, sem prejuízo de arcar com o pagamento das despesas, custas judiciais e honorários advocatícios judicialmente fixados.

Para a finalidade de regularização de seu imóvel, e obtenção de maiores informações, poderá V.S<sup>a</sup>, caso assim o deseje, e dentro do prazo acima estabelecido, entrar em contato com a Residência de Conservação deste D.E.R. (RC. ...-..), sita à .....

Atenciosamente,

Engº .....

Engenheiro Chefe da RC .....

RECEBI O ORIGINAL

Em .... / .... / ....

.....

RG n º .....

TESTEMUNHAS:

.....

RG (ou Matrícula) n º .....